

Limites, neutralidade e troca de papéis na entrevista televisiva – A entrevista de Manuela Moura Guedes a António Marinho Pinto no *Jornal Nacional de Sexta*, TVI (22 de Maio de 2009)*

Ana Isabel Gomes Melro, Helena Filipa Carvalho, Mariana Lameiras de Sousa e Vítor de Sousa**

Resumo: As entrevistas televisivas são encenadas para uma audiência. Neste sentido, apesar da existência de elementos espontâneos e imprevisíveis que geralmente ocorrem nas transmissões em directo, os telespectadores esperam ver, tanto o entrevistador como o entrevistado, representarem os seus papéis. Isto significa que é legítimo para o jornalista fazer questões, ainda que em nome do público, e, para o entrevistado, responder a essas questões. Contudo, por vezes a linha entre a tomada de uma posição neutral e uma posição de “advogado” é transposta pelo jornalista, conduzindo ao chamado “jornalismo agressivo” (Clayman, 2002). Esta análise foca-se nessas excepções. O caso em estudo traduz-se na entrevista entre Manuela Moura Guedes, pivô do *Jornal Nacional de Sexta* da estação TVI, e António Marinho Pinto, bastonário da Ordem dos Advogados, transmitida no dia 22 de Maio de 2009. Enquadrando o nosso trabalho na Análise Conversacional (Ekström, 2007; Cameron, 2001; Greatbatch, 1998), e partindo da análise da sequência de abertura da entrevista, baseada na estrutura de Clayman (1991), analisámos a transgressão e manutenção dos limites éticos e da posição neutral do entrevistador na interação com o entrevistado.

A análise desenvolvida rumou no sentido da constatação de uma troca de papéis entre os participantes: Marinho Pinto, advogado, assume a legitimidade e a autoridade de questionar, geralmente atribuída ao papel de jornalista; por outro lado, Manuela Moura Guedes, jornalista, assume uma posição de “advogada” ao fazer juízos de opinião sobre o entrevistado. A entrevista converte-se num debate, o qual culmina num ataque ao profissionalismo da jornalista.

* Trabalho desenvolvido no âmbito da UC “Pragmática da Comunicação” do 1.º ano do Mestrado em Ciências da Comunicação – Informação e Jornalismo (Universidade do Minho) sob a coordenação da Prof. Doutora Zara Pinto-Coelho.

** anamelro@live.com.pt, hfilipa_carvalhos@hotmail.com, marianalameiras2@gmail.com e vitorde Sousa@gmail.com

Palavras-chave: Análise Conversacional, entrevistas televisivas, posição neutral, limites éticos, troca de papéis, jornalismo, sequência de abertura.

1. Introdução

Propomo-nos analisar a entrevista entre Manuela Moura Guedes, pivô do *Jornal Nacional de Sexta* (JNS) da estação televisiva TVI, e António Marinho Pinto, bastonário da Ordem dos Advogados, transmitida no dia 22 de Maio de 2009 no quadro teórico da Análise Conversacional (AC). Esta entrevista ocorreu num contexto sociopolítico muito próprio, num quadro de alguma críspação entre a estação televisiva TVI e o Governo, que motivou queixas à Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) pela postura ético-deontológica de Manuela Moura Guedes. No início de Setembro, aquele serviço noticioso foi suspenso pela administração da TVI, já depois de José Eduardo Moniz, o ex-director-geral, ter abandonado a estação. O certo é que o JNS liderava as audiências, facto que não obstou a que a administração da televisão tivesse tomado aquela decisão.

Sem querer participar na polémica, ainda não terminada, centramo-nos nesta entrevista não apenas por ter sido conduzida por Manuela Moura Guedes, cujo estilo é personalizado e constitui a sua imagem de marca, mas devido ao facto de o seu entrevistado, António Marinho Pinto, bastonário da Ordem dos Advogados, ter tido uma postura directamente proporcional à da jornalista. Trata-se, portanto, de um caso particular do jornalismo televisivo, onde se destacou uma troca de papéis entre entrevistador e entrevistado e outras transgressões às convenções discursivas deste género televisivo, o que motivou o interesse pela sua análise.

2. A entrevista jornalística em televisão

Para José Manuel Barata-Feyo, o resultado da sujeição dos órgãos de informação aos grupos económicos e às suas estratégias de conquista de mercado “manifestam-se principalmente na televisão” (Barata-Feyo, 1998: 14). Para trás ficou, desde o início dos anos 90 do século passado, a televisão baseada no tríptico informar, educar e distrair. Do mesmo modo, Jean-Jacques Jaspers refere que a informação-produto pretende responder às apetências do telespectador e destina-se a “satisfazer necessidades comerciais, sem consideração pela natureza dessas necessidades” (Jaspers, 1998: 14). No entanto, mesmo no tempo da denominada *paleo-TV*, em que o Estado tutelava o sector, a entrevista televisiva (já) tinha por objectivo, segundo Yvan Charon (1998), entrar no castelo medieval fosse pela porta, pela janela ou pelas ameias. Ou seja: fazer falar para informar. Nesse sentido, é expectável que a postura do jornalista seja de mediação (neutro, exigente, mas implacável), mais incisivo e impertinente do que complacente, evitando as perguntas sem resposta, procurando veicular uma mensagem clara e concreta.

Actualmente, os *media*, nomeadamente a televisão, são marcados pela informação-espectáculo (*infotainment*), em que a informação se mistura com entretenimento. Neste contexto, é considerado normal observar as denominadas rupturas de escala a

que se refere Elísio Veron (2006), em que as particularidades do meio televisão, em tempo de *neo-TV*, vêm ao de cima. A este propósito, João Canavilhas (2001) destaca as mediações e manipulações que se desenvolvem nos processos produtivos, a escolha dos critérios de noticiabilidade e a postura do pivô como actor. Trata-se de idiossincrasias que levam Jespers (1998) a considerar o telejornal um género televisivo em si, com as suas próprias regras de selecção-hierarquização, estruturação narrativa e mediação. O papel do apresentador é, desta forma, o de contar a informação, com a função de um narrador familiar (*ibidem*). No caso vertente, em que se pedem comentários/justificações a um protagonista de alegados factos em que este estará implicado enquanto líder de uma instituição, o entrevistador não deve, segundo Jespers (*ibidem*), limitar-se a segurar no microfone.

Nessa perspectiva, Paddy Scannell (2004) observa que a televisão e a rádio são *media* ao vivo, pelo que o discurso que se produz nesse meio (em estúdio, com convidados) é considerado “discurso público”. O enquadramento profissional não fica de fora de toda esta lógica e, à luz do Estatuto do Jornalista português, por exemplo, o profissional deve “informar com rigor e isenção, rejeitando o sensacionalismo e demarcando claramente os factos da opinião” e “abster-se de formular acusações sem provas e respeitar a presunção de inocência”. No Código Deontológico¹, entre outros considerandos, sublinha-se claramente que “a distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público”.

É desta forma que, sendo um género de discurso direccionado para o público, o jornalismo constitui uma forma institucionalizada de interacção (Ekström, 2007), a qual deve a sua actual investigação, na área da AC, ao alargamento de estudos no campo institucional.

A entrevista jornalística está integrada nas actividades das instituições sociais, e o jornalista (mas também frequentemente o entrevistado) estão lá, em parte, como cumpridores das responsabilidades do seu trabalho e como representantes de uma instituição social (Drew e Heritage, cit. em Ekström, 2007: 966).

Assim sendo, o discurso jornalístico, nomeadamente a entrevista, prossegue certos objectivos e guias de orientação, inserindo-se num determinado quadro inferencial com constrangimentos particulares e ostentando relações assimétricas entre os participantes (Cameron, 2001).

3. A análise conversacional e a entrevista jornalística em televisão

Originalmente fundada por Harvey Sacks, Emanuel Schegloff e Gail Jefferson, a AC surgiu em meados dos anos 60 e 70, no contexto de outras teorias da linguagem (nomeadamente da Etnometodologia, Teorias dos Actos da Fala e da Pragmática) (Ekström, 2007), e centra o seu objecto de estudo na interacção face a face entre os participantes (*talk-in-interaction*) (Cameron, 2001). Segundo a AC, as conversações seguem determinados padrões e modelos de conversação, um dos quais se designa modelo da tomada de vez (*turn-taking*),

¹ Disponível em <http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?idCanal=24&id=26>, acedido em 13/12/2009.

proposto por Harvey Sacks (cit. em Cameron, 2001). O postulado deste modelo versa sobre o seguinte: a conversação, entre pelo menos dois participantes, assenta numa sequência organizada de padrões, segundo a qual cada participante fala, regra geral, um de cada vez (efectivando a tomada ou a posse da vez) (*ibidem*). Os discursos simultâneos e as interrupções são, para Sacks, erros que tendem a ser corrigidos, ocorrendo principalmente por três motivos: erro, violação ou empatia (*ibidem*).

O modelo da tomada de vez de Sacks demonstra, assim, a abordagem empírica e de natureza observadora de que se serve a AC, na qual a conversação é definida como um sistema sequencial organizado de trocas de falas (Ekstrom, 2007). Aliás, esse sistema decorre da existência de pares adjacentes (como os pares pergunta-resposta e convite aceitação/recusa), ditando que um enunciado não está apenas relacionado com o primeiro, mas dependente deste (Sacks cit. em Cameron, 2001). Esses pares possuem um forte efeito na estrutura da interacção por providenciarem um quadro normativo que dita, por exemplo, que uma questão é geralmente seguida por uma resposta (*ibidem*).

Na entrevista jornalística em televisão, o padrão de acção mais comum é, evidentemente, a conjugação do par adjacente pergunta-resposta (Ekström, 2007). No entanto, sendo a entrevista jornalística em televisão um formato institucionalizado de interacção, isto é, com determinados objectivos estabelecidos, normas, regras e padrões de acção (Ekström, 2007), é frequente o jornalista responder a uma fala do entrevistado com uma pergunta, em vez de uma frase de consentimento ou desaprovação, como seria de esperar numa conversa informal.

Em todo o caso, a formulação de uma pergunta é efectuada no sentido da obtenção de uma resposta satisfatória, que responda aos problemas e às expectativas de quem a proferiu. No sistema preferencial que refere Cameron (2001), a aceitação ou concordância em relação a uma pergunta constitui, por convenção, a resposta preferida. Por seu turno, a elaboração da negação corresponde à resposta não preferida, havendo, neste caso, uma tendência para o uso de “estratégias de cortesia” (Brown e Levinson, cit. em Blum-Kulka, 1997) no sentido de diminuir os efeitos da “face negativa” (Goffman, cit. em Blum-Kulka, 1997). Ora, também como discurso institucional, a entrevista jornalística em televisão é palco de estratégias que resguardam as posições e a imagem dos seus representantes e das suas respectivas instituições. É também neste sentido que os participantes da conversação tendem a cooperar entre si, adoptando princípios como os que Paul Grice definiu como “máximas conversacionais” (cit. em Blum-Kulka, 1997), ou seja, a troca de informação na quantidade certa e as qualidades de clareza, verdade e relevância naquilo que é proferido.

A par disso, a interacção face a face é também caracterizada por estratégias de poder. Na entrevista jornalística em televisão a relação entre o entrevistador e o entrevistado é uma relação assimétrica de poder, em que o jornalista possui a autoridade de questionar o entrevistado (pergunta-autoridade) (Clayman, 2002). Esse poder é negociado e regulado através de técnicas e estratégias de poder que permitem o acesso à vez no momento da interacção (Ekström, 2007). Assim, o jornalista, como detentor da pergunta-autoridade, interroga o entrevistado não apenas como um meio de recolher informações, mas também como meio de “criticar, aplicar pressão e construir situações difíceis para com

o entrevistado” (Ekström, 2007: 968). Segundo Clayman e Heritage (cit. em Ekström, 2007), existem quatro tipos de funções relacionadas com o domínio e o controlo do poder, na formulação de perguntas:

1) Estabelecem a agenda; 2) Indicam a acção que é esperada que o entrevistado desempenhe (explicar, defender, julgar, comentar); 3) Contêm asserções e suposições sobre o entrevistado; 4) Contêm preferência por certo tipo de resposta. (Clayman e Heritage, cit. em Ekström, 2007: 968)

A formulação de perguntas tem sido um objecto central na análise conversacional de entrevistas jornalísticas, distinguindo-se os vários tipos de questões pelo seu grau de iniciativa, objectividade, assertividade e adversidade (Ekström, 2007).

Contudo, o papel de “contrapoder” e escrutínio que o jornalista muitas vezes assume, pode constituir, em última instância, um factor de agressividade e ofensa perante o entrevistado (Clayman, 2002). Tais ameaças fazem com que o jornalista deva alcançar e manter o poder legítimo de questionar, não recorrendo à expressão directa de opinião (*ibidem*). Ao invocar a responsabilidade de uma terceira pessoa, os jornalistas distanciam-se da linha de subjectividade, tomando uma postura formalmente neutra ou de neutralidade formal (Clayman, 2002 e Greatbach, 1998). Todavia, a manutenção de uma postura neutra não garante que a conduta do jornalista seja vista como neutra (Greatbach, 1998). Para Clayman (2002), o posicionamento do jornalista como representante do público pode constituir dois tipos de serviço público: o profissional, aquele que serve o público com informação necessária para que se tornem cidadãos informados dos assuntos da sociedade; e o populista, que posiciona o jornalista no papel de cidadão comum, executando um escrutínio público e populista a uma determinada figura pública. Este último constitui um desvio à neutralidade formal e pode ser expresso discursivamente através do uso do pronome colectivo (“nós”) e do alinhamento do jornalista com um determinado grupo ou classe, fazendo papel de “advogado” na interacção com o entrevistado (Greatbach, 1998). Geralmente, estes “ataques” acontecem por breves momentos, tendendo a recuperar-se o curso normal da entrevista, mas, muitas vezes, os participantes não cooperam e prolongam a situação até converter a entrevista num debate entre dois grupos ideológicos ou políticos (*ibidem*). Desse modo, a relação entrevistador-entrevistado é igualmente descrita por uma relação de tomadas de posições. A definição de posição descrita por Haddington, traduz-se pela “atitude do falante, posição, postura ou ponto de vista” sobre um estado de coisas (Haddington, 2006: 73). As posições vão sendo negociadas e alinhadas entre os participantes no momento da interacção, consistindo na designada tomada de posição (*ibidem*).

O conceito de posição decorre daquilo que Sacks definiu como “Dispositivos de Categorização de Grupos (DCG)”, que são sistemas categóricos segundo os quais organizamos e hierarquizamos grupos de pessoas/instituições numa determinada sociedade ou cultura (Sacks cit. em Haddington, 2006). Significa que a construção de uma posição tem em consideração a forma como categorizamos e identificamos determinado assunto, pessoa, grupos ou instituições. Assim, os entrevistadores também enquadram

o entrevistado, *a priori*, numa categoria, construindo sobre ele determinada identidade no contexto interaccional. Este processo de identificação é comumente expresso no segmento da abertura da entrevista. Nele, o jornalista, direccionado para a audiência, identifica o entrevistado e projecta uma agenda para a entrevista, fazendo ao mesmo tempo a ligação com as notícias da actualidade (contextualização com o tópico da entrevista) (Clayman, 1991). O objectivo de estudar a abertura da entrevista é compreender como este género jornalístico é organizado pelo lado da rotina e das práticas de linguagem para determinar que tarefas comunicativas são alcançadas através dessas práticas (*ibidem*).

4. Método e dados

No contexto do quadro inferencial que situa a entrevista jornalística em televisão numa análise conversacional, tivemos presentes para o caso em estudo as particularidades e constrangimentos deste tipo de discurso e a relação entre entrevistador e entrevistado, nomeadamente sobre as tomadas de vez sublinhadas por Sacks (cit. em Cameron, 2001); as tomadas de posição e construção de identidades (Haddington, 2006); a apresentação do entrevistado (Clayman, 1991); a negociação do poder e a assimetria na interacção (Ekström, 2007); a manutenção da neutralidade formal (Greatbach, 1998); a legitimidade e a pergunta-autoridade do jornalista, estudadas por Clayman (2002); e a troca de papéis (jornalista-advogado e advogada-jornalista). Também observamos a existência de discursos simultâneos (interrupções e sobreposições) (Sacks, cit. em Cameron, 2001), marcas da oralidade e tons de voz utilizados, e ainda, de forma menos aprofundada, tivemos em atenção as estratégias de elaboração da negação seguindo a Teoria da Cortesia de Brown e Levinson, a face positiva e negativa segundo Goffman e as máximas conversacionais da Teoria da Significação de Paul Grice (cit. em Blum-Kulka, 1997). Embora não de uma forma sistemática, procuramos recorrer a alguns traços visuais da entrevista, sempre que tal se revelou crucial para a análise.

O jornalismo televisivo constrói-se como uma situação discursiva que cria um ambiente específico para que a conversação entre os participantes do estúdio tenha lugar. Para desenvolver uma análise conversacional, é necessário transcrever esta interacção, registando de uma forma sistemática a conduta oral dos participantes. Foi o que fizemos com a entrevista de Manuela Moura Guedes ao bastonário da Ordem dos Advogados. Para esta análise, seleccionámos um conjunto de sequências que constituem exemplos ilustrativos dos traços conversacionais que particularizam a entrevista em estudo e que remetem para sequências típicas da entrevista televisiva (sequência de abertura). Apesar de a análise conversacional disponibilizar sistemas convencionais para a transcrição de entrevistas ou de outros géneros de fala, elaborados por Gail Jefferson no decorrer da investigação que fez com Harvey Sacks, a sua complexidade levou-nos a optar por seguir um formato que permitisse uma leitura mais alargada.

5. Analisando a entrevista de Manuela Moura Guedes

5.1. Sequência de abertura: a apresentação do grilo falante

A entrevista de Manuela Moura Guedes (MMG) a António Marinho Pinto (AMP) na TVI, no dia 22 de Maio de 2009, apresenta uma sequência de abertura atípica. Esta surge como lançamento para a peça da notícia sobre o entrevistado, em vez de existir como elemento autónomo precedente da entrevista. Trata-se, então, do texto *pivot* da segunda peça que antecede a entrevista, no qual a jornalista faz a abertura da peça, a apresentação do entrevistado e lança o tópico de discussão.

[1] [Jornal Nacional de Sexta, 22 de Maio de 2009]

01 MMG Polémico, incendiário, há quem diga que fala mais depressa do que pensa. Ele
02 é António Marinho Pinto, Bastonário da Ordem dos Advogados, que, diz ela
03 própria – a Ordem – que é, para muitos, um feudo da época medieval, com
04 cheiro a passado dos *tempos da outra senhora*, a precisar de grandes reformas,
05 à sua maneira. Mas as coisas não lhe estão a correr de feição. Na Ordem, o
06 Orçamento de 2009 não existe e o Relatório e Contas de 2008 foi chumbado
07 por uma larga maioria de advogados, cada vez mais críticos das políticas e
08 polémicas do actual bastonário. Mas nem por isso António Marinho Pinto
09 pensa em demitir-se: “Podem berrar que não me demito, demitam-se eles”. É
10 uma das frases recentes de um bastonário com as virtudes e defeitos do que
11 alguns chamam um grilo falante.

No decorrer da sequência transcrita no excerto [1], surge pela primeira vez, no ecrã, o plano do convidado em estúdio, António Marinho Pinto (linha 02). Ainda que não seja explicitamente mencionado que o convidado se encontra presente em estúdio, o público rapidamente apreende, através da objectiva da câmara, que o actor da peça jornalística se encontra prestes a ser entrevistado.

A entrevista televisada diferencia-se das restantes, pois, apesar de omitir certos elementos linguísticos, não afecta a compreensão do sentido para a audiência. Em televisão, a redundância deve mesmo ser evitada (vê-se, não precisa de se dizer). Clayman (1991) refere que, no caso da televisão, basta os participantes aparecerem no ecrã para automaticamente estarem presentes na interacção.

A sequência de abertura tem por objectivo projectar uma agenda para a entrevista, ligando-a ao assunto da notícia (Clayman, 1991). Neste caso, a notícia centra-se no veto do Relatório e Contas, na inexistência do Orçamento de 2009 e no “desagrado” de um grupo de advogados da Ordem que pretende a convocação de uma Assembleia-Geral de forma a destituir o actual bastonário (linhas 06-09).

Sendo a sequência de abertura o texto pivô da peça que se segue e que antecede a entrevista, o discurso não é o de trazer o entrevistado para a interacção (por exemplo,

“connosco está...”), mas o de apresentar e identificar o protagonista da notícia. Desta forma, a abertura ganha um contorno peculiar cuja estrutura se desvia dos exemplos analisados por Clayman (1991). No entanto, é possível identificar componentes sequenciais.

Podemos considerar a primeira frase (linha 01) como o *pre-heading* (ou antetítulo) (Clayman, 1991), momento em que a jornalista começa o seu discurso com uma formulação de “choque”, de *suspense*, colocando o telespectador “preso” ao ecrã para ver respondidas as questões: Quem? e porquê? O emprego de frases provocativas no *pre-heading* pretende captar a atenção do público para o momento seguinte, construindo, à partida, a identidade do entrevistado (Clayman, 1991). Geralmente, inicia-se com citações. Porém, neste caso, a jornalista não refere quem o diz e recorre a terceiras partes não identificadas para suportar os elementos qualificativos, subjectivando a informação (“há quem diga que...”). Segue-se então a resposta à pergunta “quem?” com a identificação do nome do objecto de notícia e logo a seguir o cargo por ele ocupado (linha 02).

A descrição da função ou organização, quando relevante para o tema, costuma seguir-se ao cargo, designando-se de “descrições organizacionais” (Clayman, 1991). O autor refere, ainda, que a formulação de elementos descritivos deve ser clara e simples, e deve alinhar o entrevistado com o tópico o mais explicitamente possível para que não confunda o telespectador (*principle of recipient design*) (Clayman, 1991). A descrição organizacional deste excerto (linhas 02-03) comporta uma série de elementos pouco claros e objectivos: a) a jornalista atribui à organização uma acção humana, um erro que deve ser evitado porque as organizações não falam (linha 03); b) não está explícito a fonte dos juízos emitidos pelo emprego do termo subjectivo “para muitos” (linha 03).

A passagem do segmento de identificação do entrevistado e da sua afiliação para a contextualização do acontecimento e para a projecção da agenda é efectuada com recurso a um elemento de ligação (linhas 06-07), sugerindo, numa conclusão precipitada e claramente opinativa, um estado actual de coisas acerca do entrevistado. Esta conclusão capta novamente a atenção da audiência para ver respondida a questão “porquê?”. Desta forma, ao usar este elemento de ligação, a jornalista prepara-se para explicar no momento seguinte as razões que suportam, em seu entender, a frase anterior, passando do *pre-heading* (linhas 01-05) para o *heading* (ou título) (linhas 06-09). A transição também pode ser efectuada através da variação de tempos verbais que situam o acontecimento em relação à entrevista (Clayman, 1991) e que, neste caso, passam do tempo presente, “agora”, para o Pretérito Perfeito.

A terminar a componente *heading* da abertura, a jornalista volta ao momento presente e ao entrevistado, servindo-se de uma citação (linha 9) para de seguida recorrer, novamente, a terceiras partes não identificadas (“do que alguns chamam”) (linhas 10-11).

Concluído o trecho de abertura, dá-se a entrada para a *story* (ou peça) – uma reportagem previamente gravada e montada que fornece elementos de *background* para o que será discutido na entrevista. Segue-se depois o *lead-in* (ou introdução) [2], onde a jornalista prepara a entrada da entrevista centrando-se na tarefa de introduzir o entrevistado (Clayman, 1991). A função da introdução é a de trazer os entrevistados à interacção através de elementos linguísticos formais. Neste caso, através de um cumprimento

mútuo (linhas 01-02) finalizando a sequência de abertura aquando do início efectivo da primeira questão (linha 04).

[2] [Jornal Nacional de Sexta, 22 de Maio de 2009]

01 MMG Sr. Bastonário, boa noite...

02 AMP Boa noite.

03 MMG ... Um abaixo-assinado para uma Assembleia-Geral extraordinária para o

04 destituir. O senhor vai convocar a Assembleia-Geral?

5.2. Troca de papéis, neutralidade, discursos simultâneos...

Tendo por base o enquadramento teórico antes referido, constatamos que há, ao longo da entrevista, uma série de características que lhe são transversais. Uma das mais presentes é a existência de discursos simultâneos [3], os quais são exercidos maioritariamente por violação, poucas vezes por erro e quase nunca por empatia (Sacks, cit. em Cameron, 2001).

[3] [Jornal Nacional de Sexta, 22 de Maio de 2009]

01 MMG Desculpe, eles são presidentes dos Conselhos Distritais...

02 AMP ... E eu sou Bastonário.

03 MMG ... Há cinco Conselhos Distritais no continente...

04 AMP ... E eu sou Bastonário (*interrompem-se mutuamente*).

05 MMG ... E são eleitos...

06 AMP Não, não. Há sete presidentes do Conselho e há cinco. E eu também fui
07 eleito...

08 MMG ... Há um na Madeira e nos Açores... São sete... (*em simultâneo*).

09 AMP ... E eu também fui eleito... Por que é que ali... Por que é que eles querem
10 influir a governação da Ordem? Acha que o Governo deve governar com os
11 Presidentes da Câmara?...

São vários os motivos que levam a que as falas dos participantes se sobreponham e se interrompam de forma abrupta e inadequada. As posições ou pontos de vista do entrevistador e do entrevistado são muitas vezes expressas em contradição ou em desacordo com as do outro (Haddington, 2006). No excerto [3], tal acontece principalmente nas versões dos factos apresentados (linhas 06-08), constituindo uma característica frequente ao longo de toda a entrevista.

No entanto, em vez de serem um problema imediatamente reparado de forma natural, como seria de prever (Sacks, cit. em Cameron, 2001), os discursos simultâneos e as interrupções constituem, neste caso, não a excepção ao modelo da tomada de vez de Sacks, mas antes a regra que pauta toda a entrevista.

Deste modo, a negociação do palco mediático, é marcada por interrupções hostis e agressivas numa luta constante pela obtenção da vez de falar (exemplos como “Desculpe lá”, “Olhe”, “Olhe, Sr. Dr.”) que vão sendo reforçadas pelo aumento do tom de voz e através de gestos expansivos de inquietação e nervosismo.

Outra observação registada é o facto de António Marinho Pinto dominar a posse de vez em grande parte da entrevista, em detrimento da entrevistadora, não cedendo às interrupções da jornalista. Vejamos o seguinte excerto, que ilustra parte desta constatação:

[4] [Jornal Nacional de Sexta, 22 de Maio de 2009]

- 01 MMG Mas o senhor tem a obrigação de os denunciar, não...
- 02 AMP E estão denunciados... Não conhece advogados que fugiram do país condena-
- 03 dos a penas de prisão?
- 04 MMG Sr. Dr., vamos passar a outro caso...
- 05 AMP Eu fiz-lhe uma pergunta. Responda! Por que é que o bastonário não pode fazer
- 06 isto? Deve-o fazer e se não fizer é hipócrita...
- 07 MMG Eu como jornalista, quando falo de algum caso falo dele concretamente.
- 08 AMP Desculpe! Se o bastonário não fizer... Desculpe, há casos que não fala nem
- 09 pode falar...
- 10 MMG Não, não falo. Eu, quando não tenho provas, não falo...

No excerto [4], Manuela Moura Guedes tenta encaminhar o rumo da entrevista noutra sentida (linha 04), enquanto o entrevistado obsta e prossegue, num tom de voz cada vez mais elevado, concretizando as suas ideias até ao fim. Neste exemplo, há todo um desvio na estrutura que seria moldada pelo par adjacente pergunta/resposta, implicando novas alterações no papel legítimo da jornalista. Contrariamente ao que seria esperado – uma resposta da jornalista ao entrevistado com uma pergunta (evitando comentários de consentimento ou de desacordo) (Ekstrom, 2007) –, Manuela Moura Guedes contraria as regras ao efectuar, em vários momentos da entrevista, comentários (de desacordo) como exemplifica o extracto acima (linhas 01, 07 e 10).

Do mesmo modo, não é expectável que o entrevistado interrogue frequentemente o jornalista (linhas 02-03). António Marinho Pinto fá-lo não apenas várias vezes, como ainda exige resposta da jornalista (linha 05). Com isso, o entrevistado apodera-se da autoridade de questionar que deveria pertencer à jornalista (Clayman, 2002), resultando numa troca de papéis que “desarma” a legitimidade da jornalista.

A apropriação que o entrevistado faz do poder legítimo da jornalista torna-se ainda mais acentuada com o desvio do olhar da jornalista perante o convidado.

Na sequência [5], a jornalista perde novamente o controlo sobre a condução da entrevista. Desvia o olhar da câmara e do entrevistado, agarrando-se às notas de que dispõe em cima da mesa (linha 06), na tentativa de encontrar desesperadamente os papéis que alegadamente contêm factos que permitem o contra-ataque sobre o entrevistado. Este, por seu turno, demanda a jornalista a estabelecer o contacto visual com

ele (linha 09), assumindo, mais uma vez, o poder de condução da entrevista que seria legítimo no papel da jornalista.

[5] [Jornal Nacional de Sexta, 22 de Maio de 2009]

- 01 MMG Mas ainda sobre isso... o Sr. Dr. acusa a Polícia Judiciária e o Ministério
02 Público nesse caso. Mas depois diz outra coisa...
- 03 AMP (*em simultâneo*) Desculpe, deixe-me dizer... Deixe-me dizer-lhe uma coisa...
04 Você não pode dizer que eu faço fretes políticos a ninguém... Sabe porquê?
05 Eu vou-lhe dizer...
- 06 MMG Não, não... Não sou eu que digo, está nos outros artigos.
- 07 AMP Não, não foram todos os outros, foi meia dúzia de pessoas aqui em Lisboa...
08 Meia dúzia de pessoas, e admito que haja muitas pessoas que pensem assim...
09 Escute bem e olhe bem para mim, nos olhos... Eu nunca fiz fretes políticos a
10 ninguém.

Por outro lado, Manuela Moura Guedes assume substancialmente a posição de “advogada” nos vários momentos de escrutínio público.

[6] [Jornal Nacional de Sexta, 22 de Maio de 2009]

- 01 MMG O senhor não quer discutir com os outros advogados os Estatutos da Ordem
02 dos Advogados?...
- 03 AMP Neste caso concreto não quero discutir... E assumo isso politicamente...
04 MMG Porquê?
- 05 AMP ... É um custo político que eu assumo. É uma decisão política...
06 MMG ... Mas é...
- 07 AMP Escute. A competência é do Conselho Geral, de propor alterações...
08 MMG Mas os Estatutos é a coisa mais importante que regula a Ordem dos Advogados...
09
- 10 AMP ... Isto é uma opção política... Digam-me...
11 MMG ... Isso é absolutismo!

O alinhamento do jornalista como “tribuno do povo” (*tribune of the people*) (Clayman, 2002) ao dirigir a responsabilidade a uma outra pessoa faz aumentar a pressão no entrevistado, que se vê forçado a responder [6]. Mas, embora o alinhamento do jornalista com terceiras pessoas possa constituir uma neutralidade formal, que a distancia das posições expressas, isso não significa que ela mostre, efectivamente, uma conduta neutra (Greatbach, 1998). Manuela Moura Guedes confronta claramente o entrevistado, posicionando-se ao lado de uma classe (linha 01), através da ironia e emitindo juízos de opinião (linha 11). Acrescentem-se outros exemplos emitidos em momentos diferentes da entrevista, como sejam: “Então o Sr. Dr. é um bufo...” ; “A minoria é o senhor”; “O Sr. Dr. também não está a fazer muito pelo nome da sua classe...”.

A jornalista desvia-se, deste modo, da neutralidade formal enquanto adopta o papel de “advogada” daquele grupo por que toma partido, convertendo a entrevista num debate entre dois porta-vozes de diferentes grupos político-ideológicos (Greatbach, 1998) e marcando uma posição populista (Clayman, 2002).

5.3 Do *soundbyte* ao ataque profissional

Como referimos anteriormente, toda a entrevista possui um tópicos de discussão, lançado inicialmente na sequência de abertura, e que define os seus parâmetros (Clayman, 1991). Ao longo da entrevista em análise, verifica-se uma variação de temas, característica de qualquer entrevista, excepto pelo facto de esta evoluir num determinado sentido e culminar num ataque ao profissionalismo da jornalista por parte do entrevistado.

A entrevista começa no tema esperado, nos tópicos de discussão: convocação de uma Assembleia-Geral extraordinária dos Conselhos Distritais da Ordem para destituir António Marinho Pinto que estaria na base de um abaixo-assinado; a legalidade dos estatutos da Ordem; o Relatório e Contas de 2008 e o Orçamento para 2009. Em seguida, passa para o debate sobre as denúncias públicas do bastonário e da existência de cartas anónimas remetendo para assuntos que levantaram a discussão acerca da objectividade e rigor da informação, terminando numa troca insultuosa sobre o profissionalismo de ambos. Leia-se mais esta sequência [7]:

[7] [Jornal Nacional de Sexta, 22 de Maio de 2009]

- 01 AMP Você está aqui sistematicamente a fazer acusações. Você está aqui a fazer um
02 julgamento disfarçado de entrevista, que é o seu estilo.
- 03 MMG Ó Sr. Dr., estou-lhe a fazer perguntas!
- 04 AMP Não está a fazer perguntas. Você não fez perguntas, você fez afirmações e
05 condenações... Sumárias!
- 06 MMG (*em simultâneo*) Não.
- 07 AMP (*continua*) Isto é o péssimo jornalismo que você faz, é o péssimo jornalismo
08 que você faz!
- 09 MMG Olhe, Sr. Dr., o seu jornalismo enquanto era jornalista é que eu não conheço (*a
10 sorrir*). O meu está à vista de toda a gente... (*olha para a câmara*).

Nesta parte final, a entrevista atinge o seu auge, nomeadamente ao nível do descontrolo do formato institucional, caracterizando-se pela ausência de um elemento mediador. A jornalista permite que o entrevistado tome posse das falas, perdendo o controlo completo do fio condutor da entrevista que deixa fluir sob o comando do entrevistado, dando azo, assim, a que o entrevistado a acuse frontalmente de fazer um “péssimo jornalismo” (linha 7).

Na sequência [8], o entrevistado questiona expressamente a autoridade (linha 03) e a legitimidade (linha 08) da jornalista no que à emissão de juízos de opinião diz respeito (linha 04):

[8] [*Jornal Nacional de Sexta*, 22 de Maio de 2009]

- 01 AMP Uma má imagem dos bons profissionais que há nesta casa. Pode continuar a
02 fazer esse jornalismo que é um jornalismo que envergonha, em Portugal, os
03 verdadeiros jornalistas. E você não tem autoridade nenhuma para emitir os juízos
04 de opinião que emite sobre o que passa na justiça. Quando se denuncia...
- 05 MMG Eu não tenho autoridade para coisa nenhuma, Sr. Dr. Eu faço-lhe perguntas.
- 06 AMP Quando se denunciam, quando se denunciam a miséria que vai na Justiça, a
07 podridão que vai na Justiça, quando se denunciam os casos da advocacia, você
08 não tem a legitimidade de fazer o tipo de jornalismo que faz. É uma vergonha
09 e devia ter vergonha.

António Marinho Pinto, ex-jornalista, repreende a postura de Manuela Moura Guedes assumindo-se como “mais” jornalista que ela, no contexto da interação. Curiosamente, a jornalista questiona-se acerca da sua autoridade (linha 06). O papel “regulador” de António Marinho Pinto é rematado no seu ataque sobre a questão da ética e deontologia da profissão: “Eu tinha vergonha (...) de fazer o que você faz como jornalista. Nunca fiz isso! (...) O que você faz aqui é violar todos os dias, de forma sistemática, o seu Código Deontológico, que duvido que conheça...”.

A entrevista enveredou por um rumo completamente enviesado daquilo que era o tópico da entrevista e terminou com sorrisos nervosos e frágeis.

A finalizar a entrevista [9], os participantes entram novamente num registo institucional numa tentativa de manterem (ou recuperarem perante os telespectadores) a sua face positiva (Goffman, cit. em Blum-Kulka, 1997) e postura formal (linhas 01-07). Todavia, vão alternando com o reforço das ideias que defendiam antes (linhas 05-13) até ao surgir do primeiro contacto da pivô com o telespectador desde o início da entrevista (linha 13):

[9] [*Jornal Nacional de Sexta*, 22 de Maio de 2009]

- 01 MMG Muito obrigada por ter aqui estado.
- 02 AMP Muito obrigado, Manuela Moura Guedes.
- 03 MMG Muito obrigada.
- 04 AMP Tive muito gosto em estar aqui consigo. E até à próxima.
- 05 MMG Ficamos então à espera do resultado...
- 06 AMP E vá continuar a ouvir...
- 07 MMG Muito obrigada.
- 08 AMP Vá continuar a ouvir os quatro ou cinco, os quatro ou cinco...
- 09 MMG São os presidentes dos Conselhos Distritais.
- 10 AMP São 4 ou 5. Vá continuar a ouvi-los. Muito obrigado.
- 11 MMG Eleitos democraticamente.
- 12 AMP Também fui eleito democraticamente.
- 13 MMG Eu sei. Eu sei. Aqueles também (*apontando em direcção da câmara*).

6. Considerações finais

Na análise da entrevista de Manuela Moura Guedes a António Marinho Pinto, no *Jornal Nacional de Sexta*, na TVI a 22 de Maio de 2009, observa-se, de uma forma continuada, que a interação entre os entrevistados se desvia e põe em causa as normas conversacionais, que integram este género televisivo. Esse facto traduziu-se na ausência de mediação da jornalista que perde a condução e o controlo da entrevista. É o entrevistado que domina a grande parte das tomadas de vez e se apropria do poder da jornalista, resultando numa troca de papéis: António Marinho Pinto, advogado, assume a legitimidade e autoridade do papel de jornalista e Manuela Moura Guedes, jornalista, distancia-se dos limites da neutralidade formal e assume uma posição de “advogada” no momento da interacção.

A perda de poder e o consequente desmoronar da sequência organizacional da entrevista teve como principal factor o desacordo de factos entre os participantes. As posições (posturas, pontos de vista) de ambos são concretizadas quase sempre em oposição, enfraquecendo o par adjacente pergunta-resposta e originando discursos simultâneos e interrupções constantes. Notamos também o desvio da posição neutral por parte da jornalista, que toma partido pela classe ou grupo de advogados que se opõem ao bastonário, emitindo juízos de valor em seu próprio nome. Deste modo, constata-se a existência de um claro choque frontal entre a postura da jornalista e as determinações inscritas no Estatuto do Jornalista e no Código Deontológico da profissão. Por conseguinte, a entrevista rapidamente se transforma num debate, com ambos os protagonistas a trocarem e a esgrimirem argumentos, culminando num ataque do entrevistado ao profissionalismo da jornalista, centrado em pontos como o rigor, objectividade, autoridade, legitimidade e a cultura deontológica da jornalista, desviando-se, assim, do tópico de discussão inicial.

De um ponto de vista mais global, poderemos enquadrar a entrevista na tendência actual dos *media* no sentido da informação-espectáculo (*infotainment*), de que a televisão é exemplo. As características da *neo-TV*, vertidas num género jornalístico como é o caso do *Jornal Nacional de Sexta*, instiga-nos a questionar sobre o real valor informativo que a manutenção integral da entrevista em directo e sem interrupções pode configurar.

Resta-nos questionar o seguinte: por que razão se manteve a emissão no ar, apesar do descontrolo evidente dos participantes? Significará um acto propositado para captar audiências (assente numa lógica de *infotainment*), uma situação onde a jornalista ficou genuinamente desarmada e descontrolada, ou as duas coisas em simultâneo?

Referências bibliográficas

- Allan, S. (1998) ‘Television News as Discourse’ in Bell, A. and Garret, P. (1998) *Media Discourse*, Oxford: Blackwell Pub., 116-131.
- Barata-Feyo, J. M. (1998) ‘Introdução à Edição Portuguesa’ in Jaspers, J. J. (1998) *Jornalismo Televisivo*, Coimbra: Minerva, 13-18.
- Blum-Kulka, S. (1997) ‘Discourse Pragmatics’ in Teun van Dijk (ed.) *Discourse as Social Interaction*, Londres: Sage, 38-61.

- Canavilhas, J. (2001) 'Televisão. O domínio da Informação-espectáculo', [<http://www.labcom.ubi.pt/~boccpag/canavilhas-joao-televisao-espectaculo.pdf>], acessado em 31/10/10].
- Cameron, D. (2001) 'Sequence and Structure: conversation analysis' in Cameron, D. (2001) *Working with Spoken Discourse*, Londres: Sage, 86-104.
- Charon, Y. (1995) *A Entrevista na Televisão*, Mem Martins: Editorial Inquérito.
- Clayman, S. (1991) 'News Interview Openings: Aspects of Sequential Organization' in Scannell, P. (ed.) (1991) *Broadcast Talk (Media Culture & Society Series)*, Londres: Sage, 48-75.
- Clayman, S. (2002) 'Tribune of the people: maintaining the legitimacy of aggressive journalism' [On line], *Media Culture & Society*, 24 (2), 197-216. [<http://mcs.sagepub.com/cgi/content/abstract/24/2/197>], acessado em 29/10/09].
- Ekstrom, M. (2007) 'Conversation Analysis In Journalism Studies' [online], *Journalism Studies*, 8 (6), 964-973. [<http://dx.doi.org/10.1080/14616700/701619571>], acessado em 4/12/09].
- Greatbatch, D. (1998) 'Conversation Analysis: neutralism in British news Interviews' in A. Bell & P. Garrett (eds.) (1998) *Approaches to Media Discourse*, Oxford: BlackWell, 163-184.
- Haddington, P. (2006) 'Identity and stance taking in news interviews' in Lassen, I. (et al.) (2006) *Mediating Ideology in Text and Image*, Amesterdão: John Benjamins Publishing Company, 70-95.
- Jespers, J. J. (1998) *Jornalismo Televisivo*, Coimbra: Minerva.
- Scannell, P. (1991) 'Introduction: The Relevance of Talk' in Scannell, P. (ed.) (1991) *Broadcast Talk (Media Culture & Society Series)*, Londres: Sage, 1-13.
- Veron, E. (2006) 'Os públicos entre a produção e a recepção: problemas para uma teoria do reconhecimento' in Abrantes, J. C. & Dayan, D. (org.) (2006) *Televisão: das audiências aos públicos*, Lisboa: Livros Horizonte.

Vídeos

- TVI *Manuela Moura Guedes e Marinho Pinto-1parte* [http://www.youtube.com/watch?v=30_o9tfk00M], acessado em 29/10/09].
- TVI *Manuela Moura Guedes e Marinho Pinto-2parte* [<http://www.youtube.com/watch?v=8CBPVORi1EM>], acessado em 29/10/09].
- TVI *Manuela Moura Guedes e Marinho Pinto-3parte* [<http://www.youtube.com/watch?v=Lftkg614wmM>], acessado em 29/10/09].
- TVI *Manuela Moura Guedes e Marinho Pinto-4parte* [<http://www.youtube.com/watch?v=sHldj8eG80A>], acessado em 29/10/09].